



Dez presidenciais aparecem como réus em 151 ações no Judiciário

Dez dos 13 candidatos à Presidência da República aparecem como réus em 151 ações no Judiciário brasileiro. A informação faz parte de um levantamento da Kurier, empresa de tecnologia e inteligência jurídica, e abrange os processos distribuídos desde outubro de 2013. Henrique Meirelles (MDB), Marina Silva (Rede) e Vera Lúcia (PSTU) são os únicos sem ações ajuizadas nos últimos cinco anos.

Na liderança está o candidato do PDT, Ciro Gomes, presente em 77 processos. Em seguida, aparece Fernando Haddad (PT), que teve computada 33 ações, à frente de João Goulart Filho (PPL), com 12.

Geraldo Alckmin (PSDB) e Guilherme Boulos (Psol) foram registrados em seis processos judiciais cada um, enquanto Jair Bolsonaro (PSL) e Álvaro Dias (PPV) apareceram em cinco no levantamento. Na sequência estão José Maria Eymael (DC) e Cabo Daciolo (Patriota), em quatro ações, além de João Amoêdo (Novo), com um processo.

O levantamento, feito pela ferramenta Kurier Analytics, traz informações sobre a divisão das ações por estado, se estão na Justiça Federal ou estadual, o ano da distribuição e o tipo de pedido ou acusação. Não foram levadas em conta as sentenças desses processos.

Ciro Gomes

O candidato do PDT apareceu na pesquisa por ações em seis estados: Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Alagoas e Piauí. Os pedidos de indenização por danos morais representam mais da metade do número de solicitações (52%), seguido por calúnia (9%). Na outra ponta, com parcela de 1% a 2%, estão acusações como peculato, desobediência, improbidade e atos administrativos.

Fernando Haddad

O petista apareceu como réu em São Paulo e Minas Gerais, sendo que 94% dos processos são da Justiça estadual, e os 6% restantes, da Federal. Desde outubro de 2013, o ano com mais processos distribuídos contra Haddad foi 2016, quando perdeu a reeleição à prefeitura da capital paulista. Improbidade administrativa é a razão da maioria das ações (13%), seguida por atos administrativos e violação dos princípios administrativos (8% cada um). Pedidos de ordem urbanística e moradia representam 3% dos processos.

João Goulart Filho

As 12 ações em que o levantamento mostrou o candidato como réu estão distribuídas entre Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Maranhão e Rio de Janeiro. Precatória de citação representa 38% dos pedidos, e vícios formais da sentença, 13%. Com 6% do total cada um, aparecem ações de usucapião, responsabilidade civil, locação de imóvel e indenização por danos morais.



Geraldo Alckmin

O tucano apareceu na pesquisa como réu em seis ações sobre temas como direito administrativo (13%), garantias constitucionais (13%), responsabilidade da administração (13%), violação dos princípios administrativos (7%) e vigilância sanitária e epidemiológica (7%). Em São Paulo ficam 83% dos pedidos, e o restante, no Distrito Federal (17%). Metade dos processos foi distribuída em 2018.

Guilherme Boulos

O candidato do Psol está em pedidos relacionados a temas como ameaça (20%), esbulho (20%), turbação (20%), responsabilidade civil (7%), posse (7%) e moradia (7%) — todos em São Paulo ou no Distrito Federal. Dentro do recorte temporal do levantamento, Boulos teve ações distribuídas apenas em 2014 e 2015.

Jair Bolsonaro

Com cinco processos na pesquisa, o candidato do PSL tem pedidos de indenização por danos morais (33%), criminais (17%), direito civil (17%), injúria (17%) e responsabilidade civil (17%). As ações aparecem no Rio de Janeiro, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo. Do total, 40% tiveram distribuição em 2015, e outros 40%, em 2017.

Álvaro Dias

Direito Processual Civil e do Trabalho e honorários advocatícios representam, cada um, 18% dos pedidos contra Álvaro Dias. Com 6%, aparecem temas como crédito tributário, denúncia espontânea e prioridade. Os processos estão no Distrito Federal e no Rio de Janeiro após serem distribuídos em 2016 (60%) e em 2017 (40%).

José Maria Eymael

Desde outubro de 2013, o candidato aparece como réu em processos de dívida ativa (33%), adjudicação (17%), condomínio (17%), IPTU (17%) e ISS (17%). Todas nas Justiça estadual de São Paulo e do Rio Grande do Sul, com distribuições nos anos de 2015 (25%) e 2017 (75%).

Cabo Daciolo

Distribuídos em 2016 (25%) e 2017 (75%), os processos contra Daciolo incluem pedidos relacionados a locação de imóvel (22%), cobrança de aluguel (11%), espécies de contrato (11%), inadimplemento (11%) e indenização por danos morais (11%). Todos foram computados na Justiça estadual do Rio de Janeiro.

João Amoêdo

No levantamento, o candidato do Novo figura como réu em um único processo sobre IPTU, que teve distribuição em 2014 na Justiça estadual do Rio de Janeiro.

Clique [aqui](#) para ler a pesquisa.

Date Created

28/09/2018